



DIÁRIO ELETRÔNICO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
assessorialegislativa@mprs.mp.br

Porto Alegre, 09 de abril de 2020.

Edição n. 2823

Nesta Edição:

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins..... 2

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Avisos..... 6



**SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS**

BOLETIM N. 07/2020

O COORDENADOR DO CAO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE, EDUCAÇÃO, FAMÍLIA E SUCESSÕES científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n. 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público instaurou/aditou os seguintes Inquéritos Cíveis ou Procedimentos Preparatórios, conforme as comunicações encaminhadas pelos promotores de justiça responsáveis:

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00712.000.689/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Alegrete. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Luiza Trindade Losekann. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Alegrete. OBJETO: ACOMPANHAR O ATENDIMENTO DO CONSELHO TUTELAR DURANTE PANDEMIA DE CORONAVÍRUS. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Alegrete.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01718.000.246/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Arvorezinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Bárbara Pinto e Silva. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Arvorezinha. OBJETO: PA fiscalização entidades executoras de medidas socioeducativas em meio aberto - PUTINGA. INVESTIGADO(S): Município de Putinga. LOCAL DO FATO: Putinga RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00768.000.133/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Esteio. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Camila Santos da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Esteio. OBJETO: Considerando a imprescindibilidade da atuação dos conselheiros tutelares nesse período de prevenção ao contágio do COVID-19 para a manutenção e proteção das garantias e dos direitos de crianças e adolescentes, é necessário que os gestores públicos municipais disciplinem os critérios básicos para o funcionamento do conselho tutelar no Município de Esteio. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Esteio.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01648.002.049/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Farroupilha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Formolo Hendler. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Farroupilha. OBJETO: ofício CME referente à fiscalização das mães crecheiras. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Farroupilha.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01888.000.420/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. PROMOTOR(A)

DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul. OBJETO: Apuração de eventuais irregularidades junto à INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - SÃO VICENTE DO SUL - (SEMESTRAL-Março e Setembro).. INVESTIGADO(S): CASA DE PASSAGEM - SVS. LOCAL DO FATO: São Vicente do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00780.000.212/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Misko Campineiro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. OBJETO: Apurar regularidade no funcionamento do Conselho Tutelar de Sertão durante vigência do estado de calamidade pública decretado pelo Município para prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19).. INVESTIGADO(S): Conselho Tutelar de Sertão. LOCAL DO FATO: Sertão - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00780.000.211/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Misko Campineiro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. OBJETO: Apurar regularidade no funcionamento do Conselho Tutelar de Getúlio Vargas durante vigência do estado de calamidade pública decretado pelo Município para prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19).. INVESTIGADO(S): Conselho Tutelar de Getúlio Vargas. LOCAL DO FATO: Getúlio Vargas - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00780.000.215/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Misko Campineiro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. OBJETO: Apurar regularidade no funcionamento do Conselho Tutelar de Floriano Peixoto durante vigência do estado de calamidade pública decretado pelo Município para prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19). INVESTIGADO(S): Conselho Tutelar de Floriano Peixoto. LOCAL DO FATO: Floriano Peixoto - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00780.000.213/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Misko Campineiro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. OBJETO: Apurar regularidade no funcionamento do Conselho Tutelar de Estação durante vigência do estado de calamidade pública decretado pelo Município para prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19). INVESTIGADO(S): Conselho Tutelar de Estação. LOCAL DO FATO: Estação - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00780.000.214/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Misko Campineiro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. OBJETO: Apurar



regularidade no funcionamento do Conselho Tutelar de Erebangó durante vigência do estado de calamidade pública decretado pelo Município para prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19). INVESTIGADO(S): Conselho Tutelar de Erebangó. LOCAL DO FATO: Erebangó - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00780.000.216/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ricardo Misko Campineiro. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas. OBJETO: Apurar regularidade no funcionamento do Conselho Tutelar de Ipiranga do Sul durante vigência do estado de calamidade pública decretado pelo Município para prevenção de contágio pelo Novo Coronavírus (COVID-19).. INVESTIGADO(S): Conselho Tutelar de Ipiranga do Sul. LOCAL DO FATO: Ipiranga do Sul - RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00781.000.100/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Giruá. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Paula Mantay. CLASSIFICAÇÃO: Des. Exc. - Compartilhamento - 2º Pj da Promotoria de Giruá - Ana Paula Mantay. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização de cumprimento, nos Municípios de Giruá e Senador Salgado Filho, das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.154, de 1º de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo Coronavírus). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Giruá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01698.000.157/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Jaguarão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Priscilla Ramineli Leite Pereira. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Jaguarão. OBJETO: Acompanhamento do funcionamento Conselho Tutelar durante pandemia COVID e facilidade de acesso aos serviços do Conselho pela população nesse período. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Conselho Tutelar.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00811.000.081/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Nonoai. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Michele Tais Dumke Kufner. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Nonoai. OBJETO: Acompanhar o funcionamento dos CTs da Comarca durante a pandemia da Covid-19. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Nonoai.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.174/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: MEMO CIRC 001/2020-CGMP - acompanhamento execução de medidas socioeducativas em meio aberto. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: PAIM FILHO.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO

PROCEDIMENTO: 01864.000.173/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: MEMO CIRC 001/2020-CGMP - acompanhamento junto ao município de IBIACÁ quanto ao Programa Municipal para execução das medidas socioeducativas em meio aberto. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Ibiacá.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.172/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: MEMO CIRC 001/2020-CGMP - acompanhamento junto ao Município de Sananduva de atendimento as medidas socioeducativas em meio aberto. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Sananduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.175/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: MEMO CIRC 001/2020-CGMP - acompanhamento junto ao município de São João da Urtiga de atendimento as medidas socioeducativas em meio aberto. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: SAO JOAO DA URTIGA.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Preparatório. N. DO PROCEDIMENTO: 01864.000.731/2019. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sananduva. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Claudia Lucia Bonetti. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sananduva. OBJETO: Investigação acerca da conduta dos Conselheiros Tutelares do Município. INVESTIGADO(S): Conselho Tutelar de Sananduva. LOCAL DO FATO: Sananduva.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 00858.000.287/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Cível de Santana do Livramento. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo de Souza Gonzaga. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Cível de Santana do Livramento. OBJETO: Fiscalizar e orientar o Município de Santana do Livramento e as entidades locais de acolhimento institucional de crianças e adolescentes visando a garantir e proteger o direito de preservação do direito à saúde, considerando a pandemia de COVID-19. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santana do Livramento.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00867.000.163/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Paula Mantay. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa. OBJETO: Acompanhamento e fiscalização de cumprimento das medidas emergenciais previstas no Decreto Estadual n. 55.154, de 1º de abril de 2020, que declara estado de calamidade pública em todo o território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e de enfrentamento à epidemia causada pelo



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2823

COVID-19 (novo Coronavírus). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Santa Rosa.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01880.000.110/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: FICAls - Atuação Coletiva - Toropi. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01880.000.108/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: FICAls - Atuação Coletiva - Dilermando de Aguiar. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01880.000.109/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: FICAls - Atuação Coletiva - Quevedos. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Quevedos.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01880.000.107/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Eder Fernando Kegler. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Pedro do Sul. OBJETO: FICAls - Atuação Coletiva - São Pedro do Sul. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Pedro do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01886.000.093/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: acompanhar a execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de São Valentim. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: São Valentim.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01886.000.094/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: acompanhar a execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Erval Grande. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Erval Grande.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01886.000.095/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim.

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: acompanhar a execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Faxinalzinho. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Faxinalzinho.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01886.000.096/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: acompanhar a execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Benjamin Constant do Sul. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Benjamin Constant do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01886.000.097/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de São Valentim. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Adriano Luís de Araujo. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de São Valentim. OBJETO: acompanhar a execução de medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Entre Rios do Sul. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Entre Rios do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01618.000.886/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Alice Conceição Sanchotene. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul. OBJETO: Destinação de recursos dos Fundos da Criança e do Adolescente durante o estado de vigência do Decreto Estadual n. 55.128/2020, o qual declara estado de calamidade pública em todo território do Estado do Rio Grande do Sul para fins de prevenção e enfrentamento à epidemia causada pelo COVID-19 (novo coronavírus). INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01618.000.895/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Alice Conceição Sanchotene. CLASSIFICAÇÃO: 4º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul. OBJETO: Ofício CAOJEFAM- Situações que necessitam de agilidade para reduzir exposição de pacientes ao COVID-19. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Sapucaia do Sul.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00941.000.218/2020. PROMOTORIA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Ramires. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Registro e acompanhamento das inspeções realizadas na unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Coronel Bicaco.



TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 00941.000.219/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Fernanda Ramires. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Coronel Bicaco. OBJETO: Registro e acompanhamento das inspeções realizadas na unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto no Município de Redentora.. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Município de Redentora.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01814.000.115/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Planalto. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Michele Tais Dumke Kufner. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Planalto. OBJETO: Funcionamento dos Conselhos Tutelares durante a pandemia do COVID-19. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Planalto.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01816.000.097/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Portão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pietro Chidichimo Junior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Portão. OBJETO: ACOMPANHAR AS FICAIIS ONLINE DO MUNICÍPIO DE CAPELA DE SANTANA - 2020. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Portão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01816.000.096/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Portão. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Pietro Chidichimo Junior. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Portão. OBJETO: ACOMPANHAR AS FICAIIS ONLINE DO MUNICÍPIO DE PORTÃO - 2020. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Portão.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01826.000.343/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Valmor Júnior Cella Piazza. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Rodeio Bonito. OBJETO: Trata-se de encaminhamento, pelo Município de Rodeio Bonito, da Lei Municipal n. 4.129/2019, do Projeto de Lei n. 70/2019 e da justificativa ao referido Projeto de Lei que trata do Fundo Municipal da Criança, sistema municipal de atendimento e Conselho Tutelar. INVESTIGADO(S): Município de Rodeio Bonito/RS, Câmara Municipal de Vereadores de Rodeio Bonito/RS. LOCAL DO FATO: Rodeio Bonito/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Políticas Públicas. N. DO PROCEDIMENTO: 01644.000.094/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Charqueadas. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcio Abreu Ferreira da Cunha. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Charqueadas. OBJETO: FICAIIS - Atuação Coletiva - Município Charqueadas, referente ao ano de 2020. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Charqueadas.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de

acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01804.000.129/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Greice Ávila Schmeing. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Palmares do Sul. OBJETO: Procedimento para acompanhamento do Conselho Tutelar de PALMARES DO SUL durante a pandemia da Covid-19. NOTA TÉCNICA CAOIJEFAM N. 01/2020. INVESTIGADO(S): Conselho Tutelar de Palmares do Sul. LOCAL DO FATO: PALMARES DO SUL.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01536.000.424/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Ana Luiza Domingues de Souza Leal. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Guaíba. OBJETO: Registro e acompanhamento das inspeções anuais na unidade executora dos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, no Município de Guaíba/RS. INVESTIGADO(S): Município de Guaíba. LOCAL DO FATO: Guaíba.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01127.000.225/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Rasquin Bertussi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha. OBJETO: Ofício n. 58/2019 do CME com relatório referente à Escola de Educação Infantil Bambolê. INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Procedimento Administrativo de acompanhamento de Instituições. N. DO PROCEDIMENTO: 01504.000.559/2019. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Marcelo Rasquin Bertussi. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça Especializada de Cachoeirinha. OBJETO: Apurar possíveis irregularidades estruturais no Centro de Educação Infantil Os Amiguinhos Para Sempre. . INVESTIGADO(S): Não informado. LOCAL DO FATO: Cachoeirinha/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 01411.001.774/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre - Proteção. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: Maria Augusta Menz. CLASSIFICAÇÃO: 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre. OBJETO: Situação do Plantão dos Conselhos Tutelares em razão da pandemia do Corona Vírus. INVESTIGADO(S): Município de Porto Alegre/RS. LOCAL DO FATO: Porto Alegre/RS.

TIPO DE PROCEDIMENTO: Inquérito Civil. N. DO PROCEDIMENTO: 00963.000.011/2020. PROMOTORA DE JUSTIÇA: Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude de Porto Alegre - Ciaca de Porto Alegre. PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA RESPONSÁVEL: André Baptista Caruso Mac-Donald. CLASSIFICAÇÃO: Promotor de Justiça Substituto de Entrância Final - 17. OBJETO: Investigar a suspensão da concessão de bolsas do Programa de Oportunidades e Direitos RS Socioeducativo - POD RS Socioeducativo - aos egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE/RS) durante o surto de Covid-19. INVESTIGADO(S): Fundação de Atendimento Socioeducativo



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2823

do Rio Grande do Sul - FASE, sediada em Av. Padre Cacique, n. 1372, Bairro Praia de Belas, CEP 90810-240, Porto Alegre - RS, telefone n. (51) 3218-9400. LOCAL DO FATO: Porto Alegre/RS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 08 de abril de 2020.

DENISE CASANOVA VILLELA,

Coordenadora do CAO da Infância e da Juventude, Educação, Família e Sucessões.

De acordo,

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

AVISO N. 18/2020

Torno público, nos termos do art. 38, § 4º, do Regimento Interno do egrégio Conselho Superior do Ministério Público (alterado pela Resolução n. 03/2014 – CSMP, publicada no DEMP de 16/12/2014), que, na Sessão Ordinária realizada no dia 10 de Março de 2020, foram examinadas as promoções de arquivamento lavradas em inquéritos civis, peças de informação e expedientes correlatos, tendo o Colegiado deliberado da seguinte forma:

ARQUIVAMENTOS HOMOLOGADOS:

00726.000.065/2019,	00767.000.060/2019,
00802.000.397/2019,	00832.002.303/2019,
00832.002.386/2019,	00832.002.627/2019,
00867.000.538/2019,	00900.000.201/2018,
00933.000.066/2017,	01587.000.513/2019,
01600.000.099/2018,	01610.000.333/2018,
01612.000.021/2019,	01616.000.856/2019,
01625.000.163/2019,	01631.000.235/2019,
01631.000.239/2019,	01644.000.414/2018,
01650.000.547/2017,	01654.000.106/2017,
01684.000.207/2019,	01688.000.564/2018,
01688.000.639/2017,	01690.000.558/2018,
01696.000.778/2018,	01706.000.409/2019,
01738.000.220/2019,	01752.000.043/2018,
01754.000.229/2018,	01766.000.546/2018,
01774.000.178/2017,	01778.000.522/2017,
01778.000.664/2018,	01802.000.635/2017,
01802.000.741/2018,	01804.000.530/2017,
01816.000.171/2018,	01816.000.307/2019,
01866.000.310/2018,	01868.000.778/2018,
01868.001.169/2018,	01870.000.047/2018,
01870.000.062/2018,	01870.000.075/2019,
01870.000.211/2017,	01870.000.218/2017,
01870.000.245/2017,	01884.000.122/2017,
01908.000.194/2019,	01908.000.449/2018,
01912.000.428/2018,	01916.000.345/2018,
02360.000.090/2017,	02372.000.036/2018,
02383.000.159/2017,	IC.00712.00003/2015,
IC.00714.00003/2013,	IC.00717.00016/2013,
IC.00717.00036/2015,	IC.00718.00013/2019,
IC.00722.00014/2013,	IC.00722.00028/2018,
IC.00723.00023/2013,	IC.00725.00006/2014,

IC.00725.00015/2016,	IC.00725.00023/2008,
IC.00727.00005/2010,	IC.00727.00006/2016,
IC.00727.00011/2011,	IC.00727.00026/2015,
IC.00727.00041/2015,	IC.00728.00009/2016,
IC.00728.00015/2013,	IC.00728.00016/2018,
IC.00728.00109/2003,	IC.00732.00002/2018,
IC.00732.00013/2018,	IC.00732.00018/2015,
IC.00732.00043/2015,	IC.00735.00022/2015,
IC.00738.00003/2016,	IC.00738.00008/2016,
IC.00738.00014/2016,	IC.00738.00026/2016,
IC.00738.00031/2015,	IC.00739.00028/2019,
IC.00739.00052/2011,	IC.00739.00100/2009,
IC.00740.00040/2018,	IC.00743.00032/2012,
IC.00748.00002/2019,	IC.00748.00043/2017,
IC.00748.00055/2015,	IC.00748.00065/2017,
IC.00748.00074/2019,	IC.00748.00081/2018,
IC.00748.00098/2019,	IC.00748.00101/2019,
IC.00748.00115/2019,	IC.00748.00141/2011,
IC.00748.00179/2013,	IC.00748.00198/2015,
IC.00748.00206/2016,	IC.00748.00276/2012,
IC.00748.00290/2012,	IC.00748.00346/2009,
IC.00754.00002/2019,	IC.00754.00017/2011,
IC.00754.00026/2018,	IC.00754.00075/2012,
IC.00755.00003/2019,	IC.00755.00015/2018,
IC.00755.00018/2019,	IC.00755.00025/2017,
IC.00755.00026/2017,	IC.00759.00003/2010,
IC.00759.00009/2012,	IC.00759.00016/2011,
IC.00761.00024/2012,	IC.00761.00031/2012,
IC.00761.00033/2013,	IC.00761.00037/2008,
IC.00762.00002/2019,	IC.00762.00020/2019,
IC.00762.00051/2018,	IC.00762.00056/2018,
IC.00762.00057/2018,	IC.00762.00061/2015,
IC.00762.00104/2013,	IC.00762.00231/2011,
IC.00763.00028/2018,	IC.00768.00005/2017,
IC.00768.00014/2018,	IC.00769.00001/2017,
IC.00769.00004/2017,	IC.00771.00020/2017,
IC.00771.00047/2016,	IC.00771.00053/2013,
IC.00775.00005/2014,	IC.00775.00024/2014,
IC.00775.00033/2013,	IC.00775.00033/2014,
IC.00775.00036/2010,	IC.00775.00038/2016,
IC.00775.00039/2017,	IC.00775.00041/2011,
IC.00775.00044/2013,	IC.00775.00048/2016,
IC.00775.00049/2012,	IC.00775.00050/2014,
IC.00775.00064/2015,	IC.00775.00069/2015,
IC.00775.00072/2012,	IC.00775.00074/2015,
IC.00775.00083/2015,	IC.00777.00004/2015,
IC.00779.00004/2017,	IC.00779.00011/2014,
IC.00780.00014/2014,	IC.00780.00030/2015,
IC.00781.00013/2015,	IC.00781.00018/2010,
IC.00783.00012/2015,	IC.00783.00014/2014,
IC.00783.00050/2015,	IC.00783.00052/2018,
IC.00783.00082/2014,	IC.00783.00104/2017,
IC.00783.00105/2018,	IC.00783.00307/2013,
IC.00786.00010/2018,	IC.00786.00013/2018,
IC.00789.00010/2015,	IC.00794.00038/2018,
IC.00794.00055/2018,	IC.00794.00082/2015,
IC.00797.00007/2014,	IC.00797.00009/2015,
IC.00797.00012/2017,	IC.00797.00013/2017,
IC.00797.00014/2017,	IC.00797.00020/2017,
IC.00798.00021/2013,	IC.00805.00004/2017,
IC.00807.00001/2015,	IC.00813.00006/2016,
IC.00814.00002/2018,	IC.00814.00006/2003,



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2823

IC.00814.00043/2018,	IC.00814.00066/2018,	IC.00891.00024/2018,	IC.00891.00031/2017,
IC.00815.00009/2017,	IC.00815.00030/2019,	IC.00893.00010/2015,	IC.00893.00012/2015,
IC.00815.00037/2013,	IC.00818.00012/2012,	IC.00893.00032/2005,	IC.00894.00003/2017,
IC.00818.00018/2017,	IC.00820.00031/2019,	IC.00894.00012/2018,	IC.00894.00016/2014,
IC.00820.00050/2019,	IC.00820.00055/2019,	IC.00894.00017/2018,	IC.00894.00029/2018,
IC.00820.00057/2017,	IC.00820.00058/2019,	IC.00894.00033/2016,	IC.00894.00060/2014,
IC.00820.00070/2019,	IC.00820.00089/2018,	IC.00895.00012/2013,	IC.00897.00007/2015,
IC.00820.00096/2019,	IC.00820.00098/2019,	IC.00901.00021/2017,	IC.00902.00004/2011,
IC.00820.00112/2019,	IC.00820.00119/2011,	IC.00906.00005/2012,	IC.00907.00009/2012,
IC.00820.00167/2017,	IC.00820.00183/2012,	IC.00907.00013/2016,	IC.00907.00037/2017,
IC.00820.00185/2012,	IC.00820.00192/2018,	IC.00908.00001/2010,	IC.00908.00010/2003,
IC.00820.00194/2015,	IC.00820.00235/2013,	IC.00908.00017/2014,	IC.00908.00025/2013,
IC.00820.00257/2013,	IC.00820.00365/2009,	IC.00909.00005/2010,	IC.00911.00042/2016,
IC.00824.00032/2019,	IC.00824.00036/2017,	IC.00912.00002/2013,	IC.00914.00057/2017,
IC.00824.00043/2014,	IC.00824.00046/2019,	IC.00915.00135/2016,	IC.00922.00007/2014,
IC.00824.00051/2019,	IC.00824.00058/2019,	IC.00922.00010/2013,	IC.00922.00017/2018,
IC.00824.00063/2019,	IC.00824.00069/2019,	IC.00922.00036/2008,	IC.00922.00062/2015,
IC.00824.00085/2018,	IC.00824.00139/2017,	IC.00924.00052/2014,	IC.00929.00042/2016,
IC.00824.00149/2017,	IC.00827.00001/2015,	IC.00930.00003/2015,	IC.00930.00005/2019,
IC.00827.00009/2013,	IC.00827.00021/2011,	IC.00930.00015/2019,	IC.00930.00029/2018,
IC.00827.00030/2014,	IC.00832.00111/2016,	IC.00930.00035/2015,	IC.00930.00035/2019,
IC.00833.00027/2015,	IC.00833.00052/2013,	IC.00930.00047/2017,	IC.00930.00066/2019,
IC.00833.00088/2012,	IC.00833.00160/2005,	IC.00930.00086/2018,	IC.00931.00007/2012,
IC.00851.00005/2009,	IC.00851.00009/2014,	IC.00931.00011/2019,	IC.00931.00017/2018,
IC.00851.00010/2009,	IC.00851.00011/2008,	IC.00931.00037/2009,	IC.00931.00037/2013,
IC.00851.00017/2009,	IC.00851.00022/2006,	IC.00931.00039/2016,	IC.00931.00053/2011,
IC.00851.00027/2009,	IC.00851.00040/2009,	IC.00931.00061/2010,	IC.00931.00061/2017,
IC.00852.00028/2017,	IC.00852.00103/2015,	IC.00931.00062/2018,	IC.00935.00031/2016,
IC.00853.00001/2019,	IC.00853.00057/2012,	IC.00935.00044/2017,	IC.00935.00046/2018,
IC.00856.00009/2016,	IC.00856.00022/2013,	IC.00935.00048/2018,	IC.00936.00002/2012,
IC.00857.00018/2013,	IC.00857.00022/2007,	IC.00942.00017/2015,	IC.00946.00006/2016,
IC.00858.00002/2010,	IC.00858.00014/2010,	IC.00946.00010/2015,	IC.00946.00019/2015,
IC.00858.00023/2012,	IC.00858.00039/2011,	IC.00946.00041/2011,	IC.00947.00007/2016,
IC.00861.00002/2014,	IC.00861.00024/2018,	IC.00949.00030/2017,	IC.00949.00031/2011,
IC.00861.00026/2018,	IC.00861.00039/2018,	IC.00949.00049/2017,	IC.00949.00050/2016,
IC.00861.00054/2012,	IC.00861.00059/2017,	IC.00952.00014/2011,	IC.00952.00055/2010,
IC.00862.00011/2016,	IC.00864.00007/2018,	IC.01128.00001/2018,	IC.01128.00003/2014,
IC.00864.00015/2017,	IC.00864.00021/2013,	IC.01128.00011/2016,	IC.01128.00030/2016,
IC.00865.00015/2013,	IC.00865.00075/2014,	IC.01128.00031/2018,	IC.01128.00077/2014,
IC.00868.00008/2016,	IC.00868.00008/2018,	IC.01128.00085/2017,	IC.01128.00104/2017,
IC.00868.00035/2015,	IC.00870.00002/2017,	IC.01128.00126/2015,	IC.01128.00157/2017,
IC.00872.00002/2016,	IC.00872.00010/2014,	IC.01128.00169/2014,	IC.01128.00360/2017,
IC.00872.00036/2018,	IC.00872.00050/2016,	IC.01130.00006/2016,	IC.01130.00007/2014,
IC.00872.00052/2005,	IC.00872.00055/2017,	IC.01130.00008/2016,	IC.01132.00012/2019,
IC.00872.00118/2012,	IC.00873.00025/2018,	IC.01132.00014/2019,	IC.01132.00038/2017,
IC.00875.00006/2013,	IC.00875.00006/2017,	IC.01132.00041/2019,	IC.01135.00007/2015,
IC.00875.00007/2014,	IC.00875.00009/2017,	IC.01135.00030/2016,	IC.01136.00014/2019,
IC.00875.00023/2015,	IC.00875.00044/2015,	IC.01136.00017/2017,	IC.01136.00018/2018,
IC.00876.00019/2016,	IC.00876.00020/2015,	IC.01138.00018/2014,	IC.01138.00020/2015,
IC.00876.00045/2011,	IC.00878.00004/2018,	IC.01175.00025/2014,	IC.01202.00180/2012,
IC.00878.00005/2018,	IC.00878.00006/2017,	IC.01203.00019/2016,	IC.01212.00033/2016,
IC.00878.00026/2018,	IC.00878.00040/2015,	IC.01212.00037/2017,	IC.01220.00003/2018,
IC.00879.00004/2016,	IC.00881.00011/2013,	IC.01223.00005/2015,	IC.01223.00016/2017,
IC.00883.00016/2018,	IC.00883.00022/2018,	IC.01223.00018/2010,	IC.01223.00036/2015,
IC.00887.00009/2012,	IC.00887.00067/2017,	IC.01234.00010/2013,	IC.01234.00029/2017,
IC.00889.00023/2014,	IC.00889.00024/2014,	IC.01234.00042/2017,	IC.01234.00054/2014,
IC.00889.00050/2013,	IC.00889.00071/2013,	IC.01234.00086/2015,	IC.01336.00034/2016,
IC.00890.00019/2013,	IC.00890.00046/2019,	IC.01342.00008/2010,	IC.01411.00004/2017,
IC.00890.00047/2018,	IC.00890.00058/2019,	IC.01411.00013/2014,	IC.01411.00017/2017,
IC.00890.00062/2019,	IC.00890.00068/2019,	IC.01411.00020/2015,	IC.01411.00032/2015,
IC.00890.00072/2019,	IC.00890.00074/2019,	IC.01411.00039/2018,	IC.01411.00044/2018,
IC.00890.00088/2019,	IC.00891.00007/2017,	IC.01411.00087/2013,	IC.01411.00166/2016,



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 09 de abril de 2020.

www.mprs.mp.br

Edição n. 2823

IC.01411.00169/2016,
PA.00814.00148/2019,
PA.00852.00008/2018,
PA.01411.02177/2017,
PI.00748.00087/2019,
PI.00755.00021/2019,
PI.00783.00034/2019,
PI.00861.00021/2019,
PI.00922.00022/2018,
PI.00922.00060/2018,
PI.00935.00005/2019,
PR.00975.00123/2019-9.

**ARQUIVAMENTOS
PROVIDÊNCIAS:**

00818.000.331/2019,
01616.000.037/2018,
01774.000.259/2018,
01870.000.258/2017,
01904.000.051/2019,
01910.000.235/2019,
IC.00714.00004/2013,
IC.00759.00004/2013,
IC.00800.00004/2016,
IC.00829.00042/2015,
IC.00876.00013/2016,
IC.00879.00002/2013,
IC.00911.00027/2018,
IC.00953.00007/2016,
IC.01234.00001/2017,
0.

ARQUIVAMENTOS NÃO HOMOLOGADOS:

00755.000.151/2019,
01587.000.049/2019,
01754.000.625/2018,
IC.00749.00010/2018,
IC.00755.00009/2017,
IC.00858.00023/2009,
IC.00897.00015/2014,
IC.00900.00031/2017,
IC.00918.00008/2004,
PI.00755.00004/2019.

JULGAMENTOS CONVERTIDOS EM DILIGÊNCIA:

IC.00783.00025/2017,
PA.00864.00041/2013.

ARQUIVAMENTOS NÃO CONHECIDOS:

IC.00897.00022/2015,
PA.00865.00121/2013,
PA.00913.00032/2016,
RD.01135.00441/2019.

RETIRADOS DE PAUTA:

01912.000.575/2018,
IC.00727.00044/2015.

DECLINAÇÕES HOMOLOGADAS:

IC.00783.00142/2017,
PI.00922.00051/2018.

**NOTÍCIAS DE FATO – ARQUIVAMENTOS
HOMOLOGADOS:**

00732.000.450/2019,
01304.001.243/2019,
01530.000.450/2019,
01606.000.023/2019,
00869.000.253/2019,
01516.000.001/2019,
01604.000.827/2019,
01612.000.392/2019,

PA.00748.00752/2016,
PA.00815.00013/2019,
PA.00931.00032/2019,
PI.00748.00080/2019,
PI.00748.00124/2019,
PI.00755.00056/2018,
PI.00783.00053/2019,
PI.00911.00011/2019,
PI.00922.00042/2018,
PI.00930.00040/2019,
PI.01135.00008/2019,

HOMOLOGADOS COM

01538.000.008/2019,
01648.000.368/2019,
01864.000.171/2018,
01874.000.475/2018,
01904.000.212/2017,
01910.000.750/2018,
IC.00759.00002/2012,
IC.00797.00003/2012,
IC.00802.00018/2017,
IC.00852.00002/2019,
IC.00878.00008/2015,
IC.00879.00006/2018,
IC.00918.00014/2014,
IC.01223.00024/2016,
PR.00975.00132/2019-0.

01623.000.449/2019,
01623.000.863/2019,
01633.000.731/2019,
01646.000.209/2019,
01646.000.452/2019,
01762.000.304/2019,
01820.000.178/2019,
01882.000.334/2019,
01902.000.303/2017,
01906.000.580/2019,
01912.000.385/2019,
AT.01129.00112/2017,
PR.00813.00097/2019-1,
RD.00718.00048/2019,
RD.00748.00488/2019,
RD.00748.00831/2019,
RD.00865.00642/2019,
RD.00922.00630/2018,
RD.01443.00099/2019,
RD.01542.00167/2019.

**NOTÍCIA DE FATO – ARQUIVAMENTO HOMOLOGADO
COM**

01766.000.869/2019.

**NOTÍCIAS DE FATO – ARQUIVAMENTOS NÃO
HOMOLOGADOS:**

01784.000.011/2019,

PR.00975.00078/2019-5.

**NOTÍCIAS DE FATO – ARQUIVAMENTOS NÃO
CONHECIDOS:**

00769.000.098/2019,
01646.000.268/2019,
PR.00975.00219/2019-5,
RD.00864.00510/2019.

01604.001.531/2019,
01752.000.347/2019,
RD.00797.00295/2017,

NOTÍCIA DE FATO – RETIRADO DE PAUTA:

01591.000.524/2019.

Os interessados poderão solicitar ao Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão – SIAC – a certidão do respectivo julgamento.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 09 de Abril de 2020.

LUCIANO DE FARIA BRASIL,
Promotor-Assessor.